

## 14 BATALHAO LOGISTICO

## Termo de Referência 2/2026

## Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
2/2026	160185-14 BATALHAO LOGISTICO	VICTOR RIQUELMES BEZERRA	25/05/2026 15:50 (v 0.13)
Status			
ASSINADO			

## Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		64132.000123/2026-75

## 1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

1.1. Aquisição de pneus, baterias, óleos lubrificantes e materiais afins de Classe IX, conforme tabela abaixo e nos termos do Apêndice A - Quadro de Especificações e Quantitativos, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento. A presente licitação visa a melhoria da manutenção, disponibilidade e confiabilidade das viaturas do 14º Batalhão logístico e das Organizações Militares apoiadas.

ITEM	ESPECIFICAÇÃO MATERIAL
1	Pneu 175/65 r14, índice de carga 82 (475 kg) e índice de velocidade t (190 km/h), tubeless (sem câmara), para utilização em vias pavimentadas (on road), 5 anos de garantia (defeito de fabricação) com o fornecimento de certificado e manual de garantia, com número de registro / certificação inmetro. Produto novo (sem uso), o pneu não pode ser remoldado, recauchutado, reformado, ecológico ou similar. No ato de entrega, o pneu só pode possuir idade igual ou inferior a 12 (doze) meses (contados da data de fabricação).
2	Pneu 175/65 r14, índice de carga 82 (475 kg) e índice de velocidade t (190 km/h), tubeless (sem câmara), para utilização em vias pavimentadas (on road), 5 anos de garantia (defeito de fabricação) com o fornecimento de certificado e manual de garantia, com número de registro / certificação inmetro. Produto novo (sem uso), o pneu não pode ser remoldado, recauchutado, reformado, ecológico ou similar. No ato de entrega, o pneu só pode possuir idade igual ou inferior a 12 (doze) meses (contados da data de fabricação)
3	Pneu 175/70 r14, índice de carga 88, índice de velocidade t (190 km/h), tubeless (sem câmara), para utilização em vias pavimentadas (on road), 5 anos de garantia (defeito de fabricação) com o fornecimento de certificado e manual de garantia, com número de registro. Certificação inmetro. Produto novo (sem uso), o pneu não pode ser remoldado, recauchutado, reformado, ecológico ou similar. No ato de entrega, o pneu só pode possuir idade igual ou inferior a 12 (doze) meses (contados da data de fabricação).
4	Pneu 185/60 r14, índice de carga 84 (500 kg) e índice de velocidade t (190 km/h), tubeless (sem câmara), para utilização em vias pavimentadas (on road), 5 anos de garantia (defeito de fabricação) com o fornecimento de certificado e manual de garantia, com número de registro / certificação inmetro. Produto novo (sem uso), o pneu não pode ser remoldado, recauchutado, reformado, ecológico ou similar. No ato de entrega, o pneu só pode possuir idade igual ou inferior a 12 (doze) meses (contados da data de fabricação)
5	Pneu 255/75 r15, lt (light truck) para caminhonetes pesadas - pequenos caminhões, índice de carga 109 (1030 kg) e 105 (925 kg) para rodado duplo, índice de velocidade s (180 km/h), tubeless (sem câmara), para utilização mista a/t (todo terreno - all terrain), 5 anos de garantia (defeito de fabricação) com o fornecimento de certificado e manual de garantia, com número de registro / certificação inmetro. Produto novo (sem uso), o pneu não pode ser remoldado,

	recauchutado, reformado, ecológico ou similar. No ato de entrega, o pneu só pode possuir idade igual ou inferior a 12 (doze) meses (contados da data de fabricação).
6	Pneu 205/70 r 15, índice de carga 96 (710 kg), índice de velocidade t (190 km/h), tubeless (sem câmara), para utilização mista a/t (todo terreno - all terrain), 5 anos de garantia (defeito de fabricação) com o fornecimento de certificado e manual de garantia, com número de registro / certificação inmetro. Produto novo (sem uso), o pneu não pode ser remoldado, recauchutado, reformado, ecológico ou similar. No ato de entrega, o pneu só pode possuir idade igual ou inferior a 12 (doze) meses (contados da data de fabricação)
7	Pneu 205/70 r15, índice de carga 96 (710 kg), índice de velocidade t (190 km/h) ou superior, tubeless (sem câmara), para utilização rodoviário, 5 anos de garantia (defeito de fabricação) com o fornecimento de certificado e manual de garantia, com número de registro / certificação inmetro. Produto novo (sem uso), o pneu não pode ser remoldado, recauchutado, reformado, ecológico ou similar. No ato de entrega, o pneu só pode possuir idade igual ou inferior a 12 (doze) meses (contados da data de fabricação).
8	Pneu 235/75 r 15, 8 lonas de capacidade, lt (light truck) para caminhonetes pesadas- pequenos caminhões, índice de carga 110 (1060 kg) para rodado simples e 107 (975 kg) para rodado duplo, índice de velocidade t (190 km/h), tubeless (sem câmara), para utilização mista a/t (todo terreno - all terrain), 5 anos de garantia (defeito de fabricação) com o fornecimento de certificado e manual de garantia, com número de registro / certificação inmetro. Produto novo (sem uso), o pneu não pode ser remoldado, recauchutado, reformado, ecológico ou similar. No ato de entrega, o pneu só pode possuir idade igual ou inferior a 12 (doze) meses (contados da data de fabricação).
9	Pneu 235/75 r15, índice de carga 109 (1030 kg), índice de velocidade t (190 km/h), tubeless (sem câmara), para utilização em vias pavimentadas, 5 anos de garantia (defeito de fabricação) com o fornecimento de certificado e manual de garantia, com número de registro / certificação inmetro. Produto novo (sem uso), o pneu não pode ser remoldado, recauchutado, reformado, ecológico ou similar. No ato de entrega, o pneu só pode possuir idade igual ou inferior a 12 (doze) meses (contados da data de fabricação).
10	Pneu 205/75 r16, 110 (1060 kg) para rodado simples e 108 (1000 kg) para rodado duplo, índice de velocidade q (160 km/h), tl tubeless (sem câmara), para utilização em vias pavimentadas (on road), 5 anos de garantia (defeito de fabricação) com o fornecimento de certificado e manual de garantia, com número de registro / certificação inmetro. Produto novo (sem uso), o pneu não pode ser remoldado, recauchutado, reformado, ecológico ou similar. No ato de entrega, o pneu só pode possuir idade igual ou inferior a 12 (doze) meses (contados da data de fabricação).
11	Pneu 215/80 r16, lt (light truck) para caminhonetes pesadas - pequenos caminhões, índice de carga 109 (1030 kg) para rodado simples e 105 (925 kg) para rodado duplo, 8 lonas de capacidade, índice de velocidade s (180 km/h), tl tubeless (sem câmara), para utilização mista a /t (todo terreno - all terrain), 5 anos de garantia (defeito de fabricação) com o fornecimento de certificado e manual de garantia, com número de registro / certificação inmetro. Produto novo (sem uso), o pneu não pode ser remoldado, recauchutado, reformado, ecológico ou similar. No ato de entrega, o pneu só pode possuir idade igual ou inferior a 12 (doze) meses (contados da data de fabricação).
12	Pneu 225/75 r16, comercial 10 lonas de capacidade, índice de carga 118 (1320 kg) por rodado simples e 116 (1250 kg) por pneu para rodado-duplo, índice de velocidade r (170 km/h), tl tubeless (sem câmara), para utilização em vias pavimentadas (on road), com número de registro / certificação inmetro. Inmetro c/c ou superior. Produto novo (sem uso), o pneu não pode ser remoldado, recauchutado, reformado, ecológico ou similar. No ato de entrega, o pneu só pode possuir idade igual ou inferior a 12 (doze) meses (contados da data de fabricação).
13	Pneu lt 235/85 r16, lt (light truck) para caminhonetes pesadas - pequenos caminhões, índice de carga 120 (1400 kg) para rodado simples e 116 (1250 kg) para rodado duplo, 10 lonas de capacidade, índice de velocidade r (170 km/h), tl tubeless (sem câmara), para utilização mista a /t (todo terreno - all terran), 5 anos de garantia (defeito de fabricação) com o fornecimento de certificado e manual de garantia, com número de registro / certificação inmetro; e inmetro f/e ou superior. Produto novo (sem uso), o pneu não pode ser remoldado, recauchutado, reformado, ecológico ou similar. No ato de entrega, o pneu só pode possuir idade igual ou inferior a 12 (doze) meses (contados da data de fabricação).
14	Pneu 265/70 r 16, índice de carga 112 (1120 kg), índice de velocidade h (210 km/h), tl tubeless (sem câmara), uso rodoviário, inmetro f/e 5 anos de garantia (defeito de fabricação) com o fornecimento de certificado e manual de garantia, com número de registro / certificação

	inmetro. Produto novo (sem uso), o pneu não pode ser remoldado, recauchutado, reformado, ecológico ou similar. No ato de entrega, o pneu só pode possuir idade igual ou inferior a 12 (doze) meses (contados da data de fabricação).
15	Pneu 265/75 r16, lt (light truck) para caminhonetes pesadas - pequenos caminhões, índice de carga 123 (1550 kg) para rodado simples e 120 (1400 kg) para rodado duplo, 10 lonas de capacidade, índice de velocidade s (180 km/h), tl tubeless (sem câmara), para uso rodoviário), 5 anos de garantia (defeito de fabricação) com o fornecimento de certificado e manual de garantia, com número de registro / certificação inmetro; produto novo (sem uso), o pneu não pode ser remoldado, recauchutado, reformado, ecológico ou similar. No ato de entrega, o pneu só pode possuir idade igual ou inferior a 12 (doze) meses (contados da data de fabricação).
16	Pneu 215/75 r 17.5, índice de carga 126 (1.700 kg) para rodado simples e 124 (1.600 kg) para rodado duplo, e índice de velocidade l (120 km/h), tubeless (sem câmara), utilização asfalto - banda de rodagem para eixos livres (direcionais) e tração moderada no serviço regional, 5 anos de garantia (defeito de fabricação) com o fornecimento de certificado e manual de garantia, com número de registro / certificação inmetro; e inmetro d/c/ 71 db ou superior. Produto novo (sem uso), o pneu não pode ser remoldado, recauchutado, reformado, ecológico ou similar. No ato de entrega, o pneu só pode possuir idade igual ou inferior a 12 (doze) meses (contados da data de fabricação).
17	Pneu para motocicleta harley davidson road king police tlhc 2013, dimensão: 130/80 r17 65h. O pneu não pode ser remoldado, recauchutado, reformado, ecológico ou similar. No ato de entrega, o pneu só pode possuir idade igual ou inferior a 12 (doze) meses (contados da data de fabricação).
18	Pneu para motocicleta harley davidson road king police tlhc 2013, dimensão: 180/65 r16 81h. O pneu não pode ser remoldado, recauchutado, reformado, ecológico ou similar. No ato de entrega, o pneu só pode possuir idade igual ou inferior a 12 (doze) meses (contados da data de fabricação).
19	Pneu 10.00 r20, tt (tube type) com câmara, índice de carga 146 (3.000 kg) para rodado simples e 143 (2.725 kg) para rodado duplo, e índice de velocidade k (110 km/h), banda de rodagem exclusiva para eixos de tração de caminhões e ônibus, misto-terra/asfalto, profundidade dos sulcos superior a 15 mm, 5 anos de garantia (defeito de fabricação) com o fornecimento de certificado e manual de garantia, com número de registro / certificação inmetro; inmetro e/e ou superior. Produto novo (sem uso), o pneu não pode ser remoldado, recauchutado, reformado, ecológico ou similar. No ato de entrega, o pneu só pode possuir idade igual ou inferior a 12 (doze) meses (contados da data de fabricação).
20	Pneu 10.00 r20, (tube type) com câmara, índice de carga 146 (3.000kg) para rodado simples e 143 (2.725 kg) para rodado duplo, e índice de velocidade k (110 km/h), banda de rodagem para eixos direcionais, livre opcionalmente para eixos de tração moderada de caminhões e ônibus, misto terra/asfalto, 5 anos de garantia (defeito de fabricação) com o fornecimento de certificado e manual de garantia, com número de registro/certificação inmetro; e inmetro e/a /70db ou superior. produto novo (sem uso), o pneu não pode ser remoldado, recauchutado, reformado, ecológico ou similar. No ato de entrega, o pneu só pode possuir idade igual ou inferior a 12 (doze) meses (contados da data de fabricação).
21	Pneu 275/80 r 22.5, (tubeless) sem câmara, índice de carga 149 (3.250 kg) para rodado simples e 146 (3.000 kg) para rodado duplo, e índice de velocidade k (110 km/h), profundidade de sulco (mínimo) 19,2 mm, banda de rodagem para eixos direcionais, livres e opcionalmente para eixos de tração moderada de caminhões e ônibus, uso misto terra/asfalto, 5 anos de garantia (defeito de fabricação) com o fornecimento de certificado e manual de garantia, com número de registro, certificação inmetro; e inmetro c/e ou superior. Produto novo (sem uso), o pneu não pode ser remoldado, recauchutado, reformado, ecológico ou similar. No ato de entrega, o pneu só pode possuir idade igual ou inferior a 12 (doze) meses (contados da data de fabricação).
22	Pneu 295/80 r22.5, tl (tubeless) sem câmara, índice de carga 152 (3.500 kg) para rodado simples e 148 (3.150 kg) para rodado duplo, e índice de velocidade m (130 km/h), banda de rodagem exclusiva para eixos de tração de caminhões e ônibus, regional (rodovias pavimentadas de curta, média e longa distância), 5 anos de garantia (defeito de fabricação) com o fornecimento de certificado e manual de garantia, com número de registro / certificação inmetro ; e inmetro e/c ou superior. Produto novo (sem uso), o pneu não pode ser remoldado, recauchutado, reformado, ecológico ou similar. No ato de entrega, o pneu só pode possuir idade igual ou inferior a 12 (doze) meses (contados da data de fabricação).
	Pneu 295/80r22.5, (tubeless) sem câmara, índice de carga 152 (3.500 kg) para rodado simples

23	e 148 (3.150 kg) para rodado duplo, e índice de velocidade m (130 km/h), banda de rodagem para eixos direcionais, livres e tração moderada de caminhões e ônibus, em rodovias pavimentadas de curta, média e longa distância (regional), 5 anos de garantia (defeito de fabricação) com o fornecimento de certificado e manual de garantia, com número de registro / certificação inmetro. Produto novo (sem uso), o pneu não pode ser remoldado, recauchutado, reformado, ecológico ou similar. No ato de entrega, o pneu só pode possuir idade igual ou inferior a 12 (doze) meses (contados da data de fabricação).
24	Pneu motocicleta, motoneta, ciclomotor, material carcaça: lona poliéster, material talão: arame aço, material banda rodagem: borracha alta resistência, material flancos: mistura borracha alta flexibilidade, tipo estrutura: carcaça radial, dimensões: 90/90 r21 54s, tipo: sem câmara, aplicação: motocicleta, dianteiro. O pneu não pode ser remoldado, recauchutado, reformado, ecológico ou similar. No ato de entrega, o pneu só pode possuir idade igual ou inferior a 12 (doze) meses (contados da data de fabricação).
25	Pneu Motocicleta / Motoneta / Ciclomotor Material Carcaça: Lona De Poliéster , Material Talão: Arame De Aço , Material Banda Rodagem: Borracha De Alta Resistência , Material Flancos: Composto De Borracha De Alta Flexibilidade , Medida: 120/80 18 , Tipo: Radial.
26	Câmara de ar para a seguinte medida: 10.00 r20, válvula tc 131, e 3 (três) anos de garantia para defeito de fabricação com o fornecimento de termo de garantia. Ref: 10.00r20 tc131 tortuga 02.001, ou similar. O produto só pode possuir idade igual ou inferior a 7 (sete) meses (contados da data de fabricação).
27	Protetor de câmara para pneu aro 20
28	câmara de ar aro 16
29	Pneu 185/60r15, índice de carga e código de velocidade igual ou superior a 88h, sem câmara e on road, 5 anos de garantia (defeito de fabricação) com o fornecimento de certificado e manual de garantia, com número de registro /certificação inmetro. Produto novo (sem uso), o pneu não pode ser remoldado, recauchutado, reformado, ecológico ou similar. No ato de entrega, o pneu só pode possuir idade igual ou inferior a 12 (doze) meses (contados da data de fabricação).
30	Pneu radial medida 215/75 r16, sem câmara, utilização em asfalto, índice de carga mínimo: 100. De 1ª linha, pneu novo, não recauchutado, não reformado, com certificação do inmetro e de acordo com as normas da abnt vigentes, com garantia de 5 (cinco) anos contra eventuais defeitos de fabricação. Com padrão de qualidade igual ou superior goodyear, michelin, pirelli, continental, bridgestone ou similares. No ato de entrega, o pneu só pode possuir idade igual ou inferior a 12 (doze) meses (contados da data de fabricação).
31	neu automotivo, medida de altura/largura e aro 265/65 r17, sem câmara, construção radial, índice de velocidades ou superior, índice de carga 120 ou superior, uso rodoviário, não recondicionado e/ou remanufaturado, tipo sem câmara, devendo possuir certificação inmetro com o número e logotipo do selo e a data de fabricação (semana/ano) impresso na carcaça, com fabricação mínima do ano de entrega do pneu, com validade mínima de 05 (cinco) anos.
32	Pneu 1200 r20 militar borrachudo - pneu para veículo automotivo altura/largura aro: 1200 r20. Tipo: militar. Estrutura: radial\, câmara: sem (tubeless). Pneu deverá ter desenho da banda de rodagem tipo militar e ser novo (não recauchutado e não reformado). Certificação do inmetro e de acordo com as normas na abnt vigentes (nbr 5531\, 6087 e 6088). Garantia de 05 (cinco) anos contra eventuais defeitos de fabricação. No ato de entrega, o pneu só pode possuir idade igual ou inferior a 12 (doze) meses (contados da data de fabricação).
33	Pneu veículo automotivo, material carcaça:lona poliéster, material talão:aramé aço, material banda rodagem:borracha alta resistência, material flancos:mistura borracha alta flexibilidade, tipo estrutura:carcaça radial, características adicionais: com câmara, dimensões:900 x 20, tipo: borrachudo, aplicação:caminhão.
34	Bateria automotiva 12v-150 ah, dimensões em mm - largura (l) 211 a 215, altura (h) 233 a 238, comprimento (c) 510 a 513, cca -18°C (mínimo) 900, rc (mínimo) 230, modelo x, polaridade direita, selada, livre de manutenção e com visor de indicação de carga. Referencia para consulta e proposta, nos termos do § 7º do art. 15 da lei no 8.666/1993. Ref.:marca: motorcraft; modelo7 versão: 4c45-10655-ad / 12 v/ c20. 150 ah / rc. 300 min / cca.' 1100 a (-18°C1 / 44,00 kg - certificado 09a-0004. 02-04 e registro 003801, ou similar.
35	Bateria automotiva b12v-100 ah, dimensões em mm - largura (l) 165 a 172, altura (h) 238 a 241, comprimento (c) 330, cca -18°C (mínimo) 750, rc (mínimo) 180 modelo y, polaridade esquerda, selada, livre de manutenção e com visor de indicação de carga.
36	Bateria automotiva b12v-100 ah, dimensões em mm - largura (l) 165 a 172, altura (h) 238 a 241, comprimento (c) 330, cca -18°C (mínimo) 750, rc (mínimo) 180 modelo y, polaridade

	direita, selada, livre de manutenção e com visor de indicação de carga.
37	Bateria automotiva 12v - 90 ah, dimensões em mm largura (l) 171 a 172, altura (h) 218 a 240, comprimento (c) 304 a 328, cca -18°C (mínimo) 700, rc (mínimo) 160, modelo y, polaridade esquerda. Selada, livre de manutenção e com visor de indicação de carga.
38	Bateria automotiva 12v - 90 ah, dimensões em mm largura (l) 171 a 172, altura (h) 218 a 240, comprimento (c) 304 a 328, cca -18°C (mínimo) 700, rc (mínimo) 160, modelo y, polaridade direita. Selada, livre de manutenção e com visor de indicação de carga
39	Bateria automotiva 12v - 70 ah, dimensões em mm largura (l) 175, altura (h) 175, comprimento (c) 280 à 282, cca -18°C (mínimo) 500, rc (mínimo) 115, modelo z, polaridade direita, selada, livre de manutenção e com visor de indicação de carga.
40	Bateria automotiva 12v - 60 ah, dimensões em mm largura (l) 175, altura (h) 175, comprimento (c) 238 a 246, cca -18°C (mínimo) 440, rc (mínimo) 90, modelo z, polaridade direita, selada, livre de manutenção e com visor de indicação de carga.
41	Bateria automotiva 12v - 50 ah, dimensões em mm largura (l) 175, altura (h) 175, comprimento (c) 242 a 250, cca -18°C (mínimo) 425, rc (mínimo) 90, modelo z, polaridade direita, selada, livre de manutenção e com visor de indicação de carga.
42	Bateria para motocicleta harley davidson road king police fhlp 2009\, voltagem 12v\, capacidade nominal de 30 ah\, corrente de partida afrio cca mínimo de 300.
43	Bateria automotiva. Aplicação: motocicleta honda, modelo cb 450/dx, ano 1992 capacidade: 12 a/h voltagem: 12 volt.
44	Óleo lubrificante sae 5w-30, lubrificante composto de básicos totalmente sintéticos, viscosidade grau sae 5w30, categoria de serviço api sn, gasolina. (requerimento técnico mínimo: certificação pelo instituto americano do petróleo (api categoria de serviço sn/ rc/ilsac-gf5). 1 litro.
45	Descarbonizante, apresentação: líquido, spray, cor: marrom escuro, aplicação: limpeza bico injetor motores automotivos capacidade: 300 ml.
46	Óleo lubrificante sae 15w/40 sl-acea a3, lubrificante composto de básicos semi-sintético, viscosidade grau sae 15w40 sl-acea a3, categoria de serviço api sl/cf, gasolina. (requerimento técnico mínimo: certificação pelo instituto americano do petróleo (api categoria de serviço sn/ rc/ilsac-gf5). 1 litro.
47	Óleo desengripante micro-óleo em spray, com propriedades anticorrosiva, desengripante, lubrificante e eliminador de umidade. Similar ou superior ao wd40.
48	Desengraxante sintético universal polivalente, para uso em pisos, maquinários, cozinhas e contendo tensoativos iônicos e não iônicos, hidróxido de sódio e hidróxido de potássio, sequestrantes, solventes sintéticos oxitilenados, inibidores de corrosão e veículo aquoso deionizado. Embalagem 20 l.
49	Graxa, tipo base: óleo mineral, tipo espessante: lítio, ponto gota: 240 °c, tipo aditivos: antioxidante, anticorrosivo, consistência nlgi: 2, características adicionais: bissulfeto molibidênio capacidade: 20 kg.
50	Óleo lubrificante, uso: industrial, tipo: mineral, classificação: multiuso, viscosidade: iso vg 68 capacidade: 20 l.
51	Óleo lubrificante, uso: industrial, tipo: mineral, classificação: multiuso, viscosidade: iso vg 46 capacidade: 20 l.
52	Graxa lubrificante à base de sabão de cálcio e óleo mineral naftênico, contendo aditivação de grafite, para uso em feixe de molas de automóveis, da quinta roda de cavalos mecânicos e para todas as aplicações que requeiram uma graxa grafitada, grau nlgi 2 capacidade: 20 kg.
53	Fluido de freio dot 5 ou dot 5.1 capacidade: 500 ml
54	Óleo de motor diesel pesado sae 15w-40 api ci-4/ sl óleo lubrificante para motores, viscosidade grau sae 15w40, nível de desempenho/ categoria de serviço api ci-4/ sl ou acea e7-12. Compatibilidade para uso em motor diesel com sistemas de tratamento para o controle de emissões: egr (sistema de recirculação de gases). *(requerimento técnico mínimo: certificação pelo instituto americano do petróleo (api) - categoria de serviço ci-4/ sl, certificação oem - mercedes benz classe 228.3/ man m3275-1, caterpillar ecf-2, cummins engineering standards ces 20078 e detroit diesel ddc93k214). Balde de 20 lts.
55	Óleo lubrificante grau sae 85w140, api gl-5 ah00.40-b-0001- 01ab óleo composto de básicos minerais multiviscoso de alto desempenho para a lubrificação de engrenagens com carga extremamente elevadas, viscosidade grau sae 85w140, categoria de serviço mil prf-2105d. Possuindo os requisitos de desempenho api gl-5, específico para

	lubrificação de diferenciais spicer dana e eixos motrizes albarus m46 standard. *(requerimento técnico mínimo: categoria de serviço mil-prf- 2105d, api gl-5 e certificado pela mercedes benz ah00.40-b-0001-01aba. Capacidade: 20 litros.
56	Óleo lubrificante (óleo de freio) dot -4 óleo lubrificante de freio, referência rclf 6041/4, dot-4 fabricado conforme especificações nbr-9292, sae j-170. Recomendado para sistemas de freio e de embreagem de todos os veículos que utilizam um fluido sintético dot-4.
57	Aditivo para radiador tipo concentrado, composição básica monoetilenoglicol, com anticorrosivo e passivador. Produto fornecido pronto para uso, não necessitando diluição. Para melhor eficiência, limpar todo o sistema (radiador, mangueiras, bojo e motor) com água corrente limpa. Capacidade: 1 litro.
58	Óleo lubrificante viscosidade 80w-90, categoria de serviço api gl-4, para transmissões manuais e automáticas para caminhões, ônibus e veículos comerciais leves, conversores de torque e caixas de transferência. Atendendo as especificações técnicas zf friedrichshafen ag te-ml 02b. *(requerimento técnico mínimo: certificação te-ml 02b). Capacidade: 1 litro.
59	Óleo lubrificante viscosidade grau sae 90, categoria de serviço api gl-5, caixas de transmissão e de engrenagens hipóides de eixos traseiros que operem em condições de cargas elevadas. Atendendo as especificações técnicas mercedes benz classe 235.0 e zf ml 16c. *(requerimento técnico mínimo: certificação mercedes benz 235.0 e zf ml 16c). Balde de 20 lts.
60	Tipo atf gm dextron ii (fluido transmissão automática tipo a) óleo hidráulico tipo atf, nível dextron ii, recomendado para uso em sistemas hidráulicos que requeiram um produto estável ao cisalhamento, mantendo sua viscosidade ao longo do tempo, aumentando o período de uso do óleo, atende aos requisitos da gm dextron ii, db 236.7, voith, allison c-4, renk, caterpillar to-2, zf te-ml09, 11 e 14 e man 339-c. Similar ou superior a lubrax atf capacidade: 1 litro.
61	Arla 32 agente redutor líquido automotivo de nox (óxido de nitrogênio), composto de 32,5% de ureia de alta pureza dissolvida e misturada em água desmineralizada. Capacidade: 20 l.
62	Óleo neutro para limpeza, lubrificação e conservação de armamentos – referência técnica: mil-c-372 tipo: lubrax utilite pa (15) capacidade: 20 l, dados complementares: viscosidade cst a 40oc de 12 a 15 viscosidade cst a 100 °c de 3 a 7 índice de viscosidade de 93 a 96.
63	Óleo lubrificante grau sae 50 (mineral) para transmissões conforme recomendação eaton: milprf- 2104h - sae 50, caterpillar to-4 (sae 50) e api cf-4 (sae 50) intervalo de drenagem 50.000 km ou 1 ano- instruções para o motorista eaton fuller heavy duty transmissions fts-xx108ll. Óleos monoviscosos, classe de viscosidade sae 50 mercedes benz ah00. 40-b-0001-01etb - seguindo as recomendações eaton. Obs.: o nível de desempenho api cf-4 encontra-se obsoleto, portanto serve apenas como referência, vez que não há como certificar as especificações técnicas. *(requerimento técnico mínimo: recomendação eaton fts- xx108ll ou mb ah00.40-b-0001-01etb) capacidade: 20 l.
64	Limpador Contato Elétrico/Eletrônico Aplicação: Limpeza Componentes , Apresentação: Spray , Características Adicionais: Com Canudo Prolongador, Não Inflamável.
65	Sae 10w40 – semissintético óleo para motor diesel – óleo lubrificante multiviscoso para motores a diesel de alta potência, superalimentados ou turboalimentados, que operem em condições severas, com grau de viscosidade sae 10w40, volvo vds e mack eo-k/2 e seja qualificado na especificação mercedes benz 228.1 (equivalente à db1 6610.00) como óleo multiviscoso super série 3. Similar ou superior a lubrax avante. Capacidade: 1 litro.
66	Sae 85w90 api gl5 (óleo para engrenagem) óleo lubrificante mineral multiviscoso para uso em engrenagens hipóides, caixas de engrenagens hipóides de eixos traseiros, caixas de mudança e caixas de engrenagens hipóides em geral, viscosidade no grau sae 85w90, aprovado no nível de desempenho api gl-5 e mil-l-2105d, possuidor de aditivos anticorrosivo, antidesgaste, antiespumante, antiferrugem, abaixador do ponto de fluidez e agentes de extrema pressão. Similar ou superior a lubrax gl 5 sae 85w90 capacidade: 1 litro.
67	Sae 10w30 api cj-4 / sm, acea e9 – (semisintético) óleo para motor diesel – óleo lubrificante desenvolvido para motores eletrônicos de 4 tempos de baixas emissões que utilizam diesel com baixo teor de enxofre. Indicado também para uso de motores renault, volvo, caterpillar, em aplicações fora de estrada ou equipamentos de construção. Similar ou superior a texaco ursa ultra le capacidade: 1 litro.
68	Tipo atf gm dextron iii e allison c-4 (óleo hidráulico) óleo hidráulico tipo atf para transmissões automáticas, direções hidráulicas, garfos de motocicleta e caixas de transmissão alisson, aprovado de acordo com as especificações gm dextron iii-g, allisson c- 4 e ford-mercon. Similar ou superior a lubrax atf tdx capacidade: 20 l.
69	Sae 20w50 api sl óleo lubrificante multiviscoso, para uso em motores a gasolina, etanol, bicombustível e gnv (injeção eletrônica, multiválvulas e turboalimentados), possuidor de aditivos anticorrosivo, antidesgaste, antiespumante, antioxidante, detergente, dispersante,

	agente de reserva alcalina, abaixador o ponto de fluidez e melhorador do índice de viscosidade. Similar ou superior a lubrax essencial sl 20w50.
70	Água desmineralizada, aspecto físico: líquido, características adicionais: trideionizada, aplicação: sistema de resfriamento capacidade: 1 litro.
71	Fluido para transmissão automática atf dexron VI. Sintético alto desempenho. Atende ou excede os rigorosos requisitos da especificação dexron-vi da gm. Propriedade e especificações - viscosidade brookfield a -40 °c, mpa.s, astm d2983: 12.500; cor, aspecto: vermelho; viscosidade cinemática a 100°C, mm: 6,0; /s, astm d4452 viscosidade cinemática a 40°C, mm: 29,5.
72	Gás Comprimido Nome: Acetileno , Aspecto Físico: Incolor, Odor De Alho, Inflamável , Fórmula Química: C2h2 , Massa Molecular: 26,04 G/MOL, Grau De Pureza: Pureza Mínima De 99,8% , Número De Referência Química: Cas 74-86-2.
73	Gás Comprimido Nome: Oxigênio , Aspecto Físico: Incolor, Inodoro , Fórmula Química: O2 , Massa Molecular: 31,99 G/MOL, Característica Adicional: Uso Industrial , Número De Referência Química: Cas 7782-44-7.
74	Gás Comprimido Nome: Nitrogênio , Aspecto Físico: Inerte, Incolor, Inodoro , Fórmula Química: N2 , Massa Molecular: 28,96 G/MOL, Grau De Pureza: Teor Mínimo De 99,9999% , Característica Adicional: Grau Analítico , Número De Referência Química: Cas 7727-37-9.
75	Gás Refrigerante Tipo: R 134 A , Aplicação: Sistema Ar Condicionado De Veículo , Apresentação: Cilindro.
76	Diluyente Tinta Composição: Acetato Isoamila, Xileno, Diacetona Álcool, Etanol , Aspecto Físico: Líquido , Cor: Incolor, Aplicação: Tintas À Base Nitrocelulose, Seladores E Vernizes.
77	Bico Pneu Sem Câmara Tipo: Válvula Com Tampa , Aplicacao: Caminhões E Ônibus , Padrão: Tr 572.
78	bico para pneu hilux tr 418
79	Bico para pneu tr 415 aplicável na Marruá AM21
80	Produto Concentrado - Limpeza Veiculo Automotivo Tipo: Vaselina Sólida
81	Sabão Pasta Composição: Glicerina, Tensoativo Aniônico E Carboidrato , Aplicação: Limpeza Pesada Com Ação Desengraxante.
82	Mangueira Ar Comprimento: 50 M, Diâmetro Interno: 5/16 POL, Diâmetro Externo: 13 MM, Capacidade Pressão: 300 PSI, Material: Pvc Flexível , Características Adicionais: Preta, Com Trançado Fios Poliéster.
83	Barra Aço, Formato Seção: Redondo, Bitola: 5/16 POL, Características Adicionais: Trefilado, Material: Aço Sae 1020.
84	Barra Aço Formato Seção: Redondo , Bitola: 1 1/2 POL, Características Adicionais: Laminado , Material: Aço Sae 1020.
85	Tinta Artística Composição: A Base De Resina Acrílica , Tipo: Secagem Rápida , Cor: Variada , Aplicação: Artesanatos, Roupas/Tecidos, Arranjos Flores Secas , Apresentação: Spray , Características Adicionais: Rendimento De 1,8m² A 2,7 m
86	Verniz Tipo: Automotivo , Composição: A Base De Poliester , Acabamento: Brilhante , Cor: Incolor , Características Adicionais: Pronto Para Uso , Aplicação: Automotivo
87	Tábua Madeira Espécie: Cedrinho , Comprimento: 2 M, Largura: 30 CM, Espessura: 2,50 C.
88	Selador Tipo: Acrílico , Aspecto Físico: Líquido. Aplicação em madeira.
89	Cola Composição: Ester De Cianoacrilato , Cor: Incolor , Aplicação: Acrílico/Louça/Vidro /Couro E Plástico, Características Adicionais: Instantânea , Tipo: Líquido.
90	Prego Com Cabeça Material: Aço , Tipo Cabeça: Chata , Tipo Ponta: Comum , Acabamento Superficial: Galvanizado, Bitola: 17 X 21
91	Lâmina Serra Manual Material: Aço Rápido , Quantidade Dentes: 24 Dentes Por Polegada , Largura: 1/2" POL, Comprimento: 12" POL, Características Adicionais: Bi-Metálica.
92	Martelo Material: Aço Forjado , Material Cabo: Madeira , Peso: 100 G, Tipo: Pena.
93	Sargento Material: Aço , Abertura Útil: 4 POL, Tamanho: Nº 4 , Uso: Oficina Mecânica / Carpintaria.

1.1.1. Havendo qualquer divergência entre a descrição do CATMAT, comprasnet e a contida neste Termo de Referência, prevalecerá a deste último.

1.2. Os bens objeto desta contratação são caracterizados como comuns, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.

1.3. O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.

1.4. O prazo de vigência da contratação é de 6 (seis) meses, contados do recebimento da nota de empenho que será substituto do contrato, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021

1.5. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

1.6. Foram consultadas a existência de IRP em andamento antes da execução dos trâmites administrativos deste procedimento administrativo.

1.7. O contrato ou outro instrumento hábil que o substitua oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO**

2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

2.2. O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual [2026], conforme consta das informações básicas desse Termo de Referência.

2.3. O planejamento da presente contratação observou as condições usuais praticadas no mercado pertinente ao objeto, em conformidade com o art. 40, inciso I, da Lei nº 14.133/2021, considerando:

a) fornecimento sob demanda, conforme necessidade da Administração;

b) especificações técnicas compatíveis com padrões usuais de mercado;

c) prazos de entrega compatíveis com as práticas comerciais do setor;

d) pagamento após o efetivo recebimento do objeto e atesto da Administração; e

e) ausência de exigências restritivas ou incompatíveis com a dinâmica comercial normalmente praticada pelos fornecedores do ramo.

## **3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERADO O CICLO DE VIDA DO OBJETO E ESPECIFICAÇÃO DO PRODUTO**

3.1. A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.

3.1.1. Considerando o ciclo de vida dos objetos pretendidos, a contratação contempla materiais destinados à manutenção da operacionalidade da frota de viaturas administrativas e operacionais do 14º Batalhão Logístico e Organizações Militares apoiadas, observando critérios de durabilidade, desempenho, economicidade e sustentabilidade ambiental.

3.1.2. Os pneus, baterias, óleos lubrificantes e materiais correlatos deverão atender às normas técnicas aplicáveis, possuir padrões usuais de mercado e observar, quando cabível, requisitos relacionados à eficiência, vida útil adequada, redução de impactos ambientais, destinação ambientalmente adequada de resíduos e logística reversa, especialmente para pneus inservíveis, baterias automotivas e embalagens de lubrificantes, em conformidade com a legislação ambiental vigente.



3.1.3. A solução adotada considera ainda a necessidade de manutenção contínua da capacidade operacional da frota, buscando maior vida útil dos componentes, redução de indisponibilidade das viaturas e racionalização dos custos de manutenção ao longo do uso dos materiais adquiridos.

## 4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

### **Sustentabilidade**

*4.1. Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, deverão ser observados, no que couber, os requisitos previstos no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis da Advocacia Geral da União e na legislação ambiental vigente.*

4.1.1. Não são permitidas, à contratada, formas inadequadas de destinação final das pilhas e baterias usadas originárias da contratação, nos termos do artigo 22 da Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008, tais como:

4.1.1.1. lançamento a céu aberto, tanto em áreas urbanas como rurais, ou em aterro não licenciado;

4.1.1.2. queima a céu aberto ou incineração em instalações e equipamentos não licenciados;

4.1.1.3. lançamento em corpos d'água, praias, manguezais, pântanos, terrenos baldios, poços ou cacimbas, cavidades subterrâneas, redes de drenagem de águas pluviais, esgotos, ou redes de eletricidade ou telefone, mesmo que abandonadas, ou em áreas sujeitas à inundação.

4.1.1.4. Os produtos fornecidos deverão observar critérios relacionados à redução de impactos ambientais, destinação ambientalmente adequada de resíduos e atendimento às normas ambientais aplicáveis ao objeto.

4.1.2. A contratada deverá providenciar o adequado recolhimento das pilhas e baterias originárias da contratação, para fins de repasse ao respectivo fabricante ou importador, responsável pela destinação ambientalmente adequada, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 08, de 03/09/2012, conforme artigo 33, inciso II, da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, artigos 4º e 6º da Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008, e legislação correlata;

4.1.2.1 Quando aplicável ao objeto ou à atividade exercida pelo fornecedor, poderá ser exigida comprovação de regularidade junto ao Cadastro Técnico Federal de Atividades Potencialmente Poluidoras ou Utilizadoras de Recursos Ambientais (CTF/APP), nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 13/2021.

4.1.2.2. Os fornecedores deverão observar, quando cabível, a legislação relativa à logística reversa, especialmente quanto à destinação de pneus inservíveis, baterias automotivas e embalagens de óleos lubrificantes.

4.1.3. A contratada deverá providenciar o adequado recolhimento das baterias descartadas, para fins de repasse ao respectivo fabricante ou importador, responsável pela destinação ambientalmente adequada, nos termos da Instrução Normativa IBAMA nº 08, de 03/09/2012, conforme artigo 33, inciso II, da Lei nº 12.305, de 2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos, artigos 4º e 6º da Resolução CONAMA nº 401, de 04/11/2008, e legislação correlata;

4.1.4. A contratada deverá providenciar o recolhimento e a destinação adequada aos pneus usados ou inservíveis originários da contratação, nos termos do artigo 33, inciso III, da Lei nº 12.305, de 2010. Resolução CONAMA nº 416/2009, Instrução Normativa nº 09/2021 e normas correlatas;

4.1.5. Nos termos do artigo 33, inciso IV, da Lei nº 12.305/2010 – Política Nacional de Resíduos Sólidos e Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, a contratada deverá efetuar o recolhimento e o descarte adequado do óleo lubrificante usado ou contaminado originário da contratação, bem como de seus resíduos e embalagens, obedecendo aos seguintes procedimentos:

4.1.5.1. recolher o óleo lubrificante usado ou contaminado, armazenando-o em recipientes adequados e resistentes a vazamentos, de modo a não contaminar o meio ambiente, e adotar as medidas necessárias para evitar que venha a ser misturado com produtos químicos, combustíveis, solventes, água e outras substâncias que inviabilizem sua reciclagem, conforme artigo 18, incisos I e II, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata;

4.1.5.2. providenciar a coleta do óleo lubrificante usado ou contaminado recolhido, através de empresa coletora devidamente autorizada e licenciada pelos órgãos competentes, ou entregá-lo diretamente a um revendedor de óleo lubrificante acabado no atacado ou no varejo, que tem obrigação de recebê-lo e recolhê-lo de forma segura, para fins de sua destinação final ambientalmente adequada, conforme artigo 18, inciso III e § 2º, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata;

4.1.5.3. exclusivamente quando se tratar de óleo lubrificante usado ou contaminado não reciclável, dar-lhe a destinação final ambientalmente adequada, devidamente autorizada pelo órgão ambiental competente, conforme artigo 18, inciso VII, da Resolução CONAMA nº 362, de 23/06/2005, e legislação correlata;

### **Indicação de marcas ou modelos**

4.2. Não será realizada a indicação de marcas tendo em vista que a natureza do objeto pode ser atendida por diversas marcas disponíveis no mercado.

### **~~Da vedação de contratação de marca ou produto~~**

~~4.3. Diante das conclusões extraídas do processo administrativo nº ~~XXXXX.XXXXXX/XXXX-XX~~, a Administração não aceitará o fornecimento dos seguintes produtos/marcas:~~

~~4.3.1. [...]~~

~~4.3.2. [...]~~

### **~~Da exigência de amostra~~**

~~4.4. Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar amostra, que terá data, local e horário de sua realização divulgados por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores interessados.~~

~~4.5. Serão exigidas amostras dos seguintes itens:~~

~~4.5.1. [...];~~

~~4.5.2. [...]; e~~

~~4.5.3. [...]~~

~~4.6. As amostras poderão ser entregues no endereço [indicar o endereço], no prazo limite de [indicar o prazo], sendo que a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.~~

~~4.7. É facultada prorrogação o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes de findo o prazo.~~

~~4.8. No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada.~~

~~4.9. Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade:~~

~~4.9.1. Itens (...): .....~~

~~4.9.2. Itens (...): .....~~

~~4.10. Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.~~

~~4.11. Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.~~

~~4.12. Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.~~

~~4.13. Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos fornecedores no prazo de **XX (xxxxx)** dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.~~

~~4.14. Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.[A4]~~

~~Da exigência de carta de solidariedade~~

~~4.15. Em caso de fornecedor, revendedor ou distribuidor, será exigida **do licitante/interessado provisoriamente classificado em primeiro lugar, nos termos do edital**, carta de solidariedade emitida pelo fabricante, que assegure a execução do contrato.[A5]~~

**Subcontratação**

4.16. Não será admitida a subcontratação do objeto contratual.

**Garantia da contratação**

4.17. Não haverá exigência da garantia da contratação dos art. 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, pelas razões constantes do Estudo Técnico Preliminar.

~~Margem de Preferência:~~

~~4.18. O objeto da contratação enquadra-se na margem de preferência ..... **[normal] OU [adicional]** de ..... %, prevista no Decreto n.º....., conforme disposto na Resolução n.º ..... da Comissão Interministerial de Contratações Públicas para o Desenvolvimento Sustentável – CICS, por[A14] se tratar de ..... **[bens manufaturados nacionais que atendam a normas técnicas brasileiras] OU [bens reciclados, recicláveis ou biodegradáveis].**~~

**5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO**

**Condições de Entrega**

5.1. Os materiais deverão ser entregues, no prazo de até 30 (Trinta) dias, contados do recebimento da nota de empenho, no local indicado pela Administração. Em remessa única, caso o empenho seja ordinário, ou em remessas parceladas, quando o empenho for global. Neste último caso, a administração irá indicar as datas de entrega.

~~OU~~

~~5.2. As parcelas serão entregues nos seguintes prazos e condições:[A2]~~

Parcela	Composição da parcela	Prazo de entrega
<del>1ª</del>	<del>... unidades do item ..., ... unidades do item ...</del>	<del>... dias da Assinatura/da Ordem de Fornecimento/[...]</del>
<del>2ª</del>	<del>... unidades do item ..., ... unidades do item ...</del>	

		<del>... dias da Assinatura/da Ordem de Fornecimento/[...]</del>
<del>3ª</del>	<del>... unidades do item ..., ... unidades do item ...</del>	<del>... dias da Assinatura/da Ordem de Fornecimento/[...]</del>
<del>[...]</del>	<del>... unidades do item ..., ... unidades do item ...</del>	<del>... dias da Assinatura/da Ordem de Fornecimento/[...]</del>

5.3. Caso não seja possível a entrega na data prevista, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 2 (dois) dias de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.4. Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Rua São Miguel, 898, Afogados, Recife-PE; CEP 50850-000. Os horários de funcionamento são: segunda à quinta 09h00 às 11h00 e 13h00 Às 15h30; na sexta 08h00 às 11h30.

~~5.4.1. No caso de produtos perecíveis, o prazo de validade na data da entrega não poderá ser inferior a seis meses do prazo total recomendado pelo fabricante.~~

#### **Garantia, manutenção e assistência técnica**

5.5. Os produtos deverão possuir garantia legal e, quando aplicável, garantia do fabricante, observadas as condições normais de uso e o prazo de garantia estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor)

5.6. Nos itens de pneus, o prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de 5 (cinco) anos, contados a partir da data de entrega do material.

5.7. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante.

**OU**

~~5.8. O prazo de garantia contratual dos bens, complementar à garantia legal, será de, no mínimo, \_\_\_\_ (\_\_\_\_) meses, ou pelo prazo fornecido pelo fabricante, se superior, contado a partir do primeiro dia útil subsequente à data do recebimento definitivo do objeto.~~

~~5.9. Caso o prazo da garantia oferecida pelo fabricante seja inferior ao estabelecido nesta cláusula, o fornecedor deverá complementar a garantia do bem ofertado pelo período restante. [A6]~~

~~5.10. A garantia será prestada com vistas a manter os equipamentos fornecidos em perfeitas condições de uso, sem qualquer ônus ou custo adicional para o Contratante.~~

~~5.11. A garantia abrange a realização da manutenção corretiva dos bens pelo próprio Contratado, ou, se for o caso, por meio de assistência técnica autorizada, de acordo com as normas técnicas específicas.~~

~~5.12. Entende-se por manutenção corretiva aquela destinada a corrigir os defeitos apresentados pelos bens, compreendendo a substituição de peças, a realização de ajustes, reparos e correções necessárias.~~

~~5.13. As peças que apresentarem vício ou defeito no período de vigência da garantia deverão ser substituídas por outras novas, de primeiro uso, e originais, que apresentem padrões de qualidade e desempenho iguais ou superiores aos das peças utilizadas na fabricação do equipamento.~~

~~5.14. Uma vez notificado, o Contratado realizará a reparação ou substituição dos bens que apresentarem vício ou defeito no prazo de até \_\_\_\_ (\_\_\_\_) dias úteis, contados a partir da data de retirada do equipamento das dependências da Administração pelo Contratado ou pela assistência técnica autorizada.~~

~~5.15. O prazo indicado no subitem anterior, durante seu transcurso, poderá ser prorrogado uma única vez, por igual período, mediante solicitação escrita e justificada do Contratado, aceita pelo Contratante.~~

~~5.16. Na hipótese do subitem acima, o Contratado deverá disponibilizar equipamento equivalente, de especificação igual ou superior ao anteriormente fornecido, para utilização em caráter provisório pelo Contratante, de modo a garantir a continuidade dos trabalhos administrativos durante a execução dos reparos.~~

~~5.17. Decorrido o prazo para reparos e substituições sem o atendimento da solicitação do Contratante ou a apresentação de justificativas pelo Contratado, fica o Contratante autorizado a contratar empresa diversa para executar os reparos, ajustes ou a substituição do bem ou de seus componentes, bem como a exigir do Contratado o reembolso pelos custos respectivos, sem que tal fato acarrete a perda da garantia dos equipamentos.~~

~~5.18. O custo referente ao transporte dos equipamentos cobertos pela garantia será de responsabilidade do Contratado.~~

~~5.19. A garantia legal ou contratual do objeto tem prazo de vigência próprio e desvinculado daquele fixado no contrato, permitindo eventual aplicação de penalidades em caso de descumprimento de alguma de suas condições, mesmo depois de expirada a vigência contratual.[A7]~~

## **6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO**

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3. As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato.

6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização, das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.

### **Fiscalização**

6.6. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, caput).

### **Fiscalização Técnica**

6.7. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.8. O fiscal técnico do contrato anotará no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.9. Identificada qualquer inexatidão ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.10. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.11. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.12. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

### **Fiscalização Administrativa**

6.13. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

~~6.15. Além do disposto acima, a fiscalização contratual obedecerá às seguintes rotinas:~~

~~6.15.1. [...];~~

~~6.15.2. [...]; e~~

~~6.15.3. [...]. [A2]~~

6.16. A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

### **Gestor do Contrato**

6.17. Cabe ao gestor do contrato:

6.17.1. coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.17.2. acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.17.3. acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.17.4. emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.17.5. tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.17.6. elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.17.7. enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

## **7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

7.1. Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o Contratado que:

- a) der causa à inexecução parcial do contrato;
- b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;
- c) der causa à inexecução total do contrato;
- d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;
- e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;
- f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;
- g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;
- h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2. Serão aplicadas ao Contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1. Advertência, quando o Contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2. Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3. Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4. Multa:

7.2.4.1. Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 2% (dois por cento) dias.

7.2.4.2. Moratória de 0,07% (sete centésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor total do contrato, até o máximo de 2% (dois por cento), pela inobservância do prazo fixado para apresentação, suplementação ou reposição da garantia;

7.2.4.2.1. O atraso superior a 25 (vinte e cinco) dias para apresentação, suplementação ou reposição da garantia autoriza a Administração a promover a extinção do contrato por descumprimento ou cumprimento irregular de suas cláusulas, conforme dispõe o inciso I do art. 137 da Lei n. 14.133, de 2021.

7.2.4.3. Multa de 0,5% (cinco décimos por cento) a 2% (dois por cento) do valor da contratação, para infrações de menor potencial ofensivo, tais como atraso injustificado de pequena monta ou descumprimento meramente formal de obrigações acessórias.

7.2.4.4. Multa de 2% (dois por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação, em caso de descumprimento parcial das obrigações assumidas que não comprometa integralmente a execução do objeto.

7.2.4.5. Multa de 5% (cinco por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação, em caso de inadimplemento parcial relevante ou reincidência no descumprimento contratual.

7.2.4.6. Multa de 10% (dez por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação, em caso de inadimplemento grave que comprometa a execução do objeto contratado.

7.2.4.7. Multa de 20% (vinte por cento) a 30% (trinta por cento) do valor da contratação, em caso de inexecução total do objeto, recusa injustificada na execução contratual ou prática de infração administrativa de elevada gravidade.

7.3. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.4. Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.5. Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.7. A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 30 (trinta) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.8. A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.8.1. Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF.

7.8.2. Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no SICAF serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas.

7.9. Na aplicação das sanções serão considerados:

7.9.1. a natureza e a gravidade da infração cometida;

7.9.2. as peculiaridades do caso concreto;

7.9.3. as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

7.9.4. os danos que dela provierem para o Contratante; e

7.9.5. a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.10. Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.11. A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Termo de Referência ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.



7.12. O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (CEIS) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (CNEP), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

**7.12.1. As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.**

7.13. As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133, de 2021.

7.14. Os débitos do Contratado para com a Administração Contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o Contratado possua com o mesmo órgão ora Contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

## **8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO**

### **Recebimento**

8.1. Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.1.1. Em observância ao art. 26 da Lei nº 14.133/2021 e à Resolução SEGES-CICS/MGI nº 4, de 18 de outubro de 2024, a Administração realizou análise quanto à aplicabilidade de margem de preferência ao objeto da presente contratação, concluindo-se pela não incidência de critérios de preferência aplicáveis aos itens licitados.

8.1.2. Fica eleito o Foro da Comarca de RECIFE/PE, para dirimir quaisquer controvérsias, dúvidas ou litígios oriundos do presente contrato e do Termo de Referência, com renúncia expressa a qualquer outro, por mais privilegiado que seja.

8.2. Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3. O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 10 (dez) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4. Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 20 (vinte) dias úteis.

8.5. O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6. No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal quanto à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7. O prazo para a solução, pelo Contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8. O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança dos bens nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9. As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

### **Liquidação**

8.10. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §3º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

8.12.1. o prazo de validade;

8.12.2. a data da emissão;

8.12.3. os dados do contrato e do órgão contratante;

8.12.4. o período respectivo de execução do contrato;

8.12.5. o valor a pagar; e

8.12.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o Contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao Contratante;

8.14. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2. identificar possível razão que impeça a participação em licitação/contratação no âmbito do órgão ou entidade, tais como a proibição de contratar com a Administração ou com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do Contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do Contratante.

8.17. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o Contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do Contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18. Persistindo a irregularidade, o Contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao Contratado a ampla defesa.

8.19. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o Contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

### **Prazo de pagamento**

8.20. O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao Contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice IPCA de correção monetária.

### **Forma de pagamento**

8.22. pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo Contratado.

8.23. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.26. O Contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

### ~~**Antecipação de pagamento[A6]**~~

~~8.27. A presente contratação permite a antecipação de pagamento ..... (parcial/total), conforme as regras previstas no presente tópico.~~

~~8.28. O Contratado emitirá recibo/nota fiscal/fatura/documento idôneo/... correspondente ao valor da antecipação de pagamento de R\$ ..... (valor por extenso), tão logo ... (incluir condicionante – ex: seja assinado o termo de contrato, ou seja, prestada a garantia etc.), para que o Contratante efetue o pagamento antecipado.~~

~~8.29. Para as etapas seguintes do contrato, a antecipação do pagamento ocorrerá da seguinte forma:~~

~~8.29.1. R\$. .... (valor em extenso) quando do início da segunda etapa.~~

~~8.29.2. (...)[A7]~~

~~8.30. Quando admitida a antecipação de pagamento, fica o Contratado obrigado a devolver, com correção monetária, a integralidade do valor antecipado, na hipótese de inexecução do objeto.~~

~~8.31. No caso de inexecução parcial, deverá haver a devolução do valor relativo à parcela não executada do contrato.~~

~~8.32. O valor relativo à parcela antecipada e não executada do contrato será atualizado monetariamente pela variação acumulada do ..... (especificar o índice de correção monetária a ser adotado), ou outro índice que venha a substituí-lo, desde a data do pagamento da antecipação até a data da devolução.~~

~~8.33. A liquidação ocorrerá de acordo com as regras do tópico respectivo deste instrumento.~~

~~8.34. O pagamento antecipado será efetuado no prazo máximo de até ..... (....) dias, contados do recebimento do ..... (recibo OU nota fiscal OU fatura OU documento idôneo).~~

~~8.35. A antecipação de pagamento dispensa o ateste ou recebimento prévios do objeto, os quais deverão ocorrer após a regular execução da parcela contratual a que se refere o valor antecipado.~~

~~8.36. O pagamento de que trata este item está condicionado à tomada das seguintes providências pelo Contratado: [A8]~~

~~8.36.1. comprovação da execução da etapa imediatamente anterior do objeto pelo Contratado, para a antecipação de valor remanescente;[A9]~~

~~8.36.2. prestação da garantia adicional nas modalidades de que trata o art. 96 da Lei nº 14.133, de 2021, no percentual de ...%.[A10]~~

~~8.37. O pagamento do valor a ser antecipado ocorrerá respeitando eventuais retenções tributárias incidentes.~~

## **Cessão de Crédito**

8.38. As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.38.1. A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.38.2. Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.38.3. O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.38.4. A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.39. O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

## **Reajuste**

8.40. Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 02/12/2025.

8.41. Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.42. Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.43. No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.44. Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.45. Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.46. Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.47. O reajuste será realizado por apostilamento.

## 9. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E FORMA DE FORNECIMENTO

### Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO, sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo [MENOR PREÇO].

~~OU~~

~~9.2. O fornecedor será selecionado por meio de pregão eletrônico com fundamento no art. [74 OU 75], inciso [indicar o inciso], da Lei nº 14.133, de 1º de abril de 2021, com base no seguinte fundamento: [descrever a fundamentação da contratação para enquadramento no dispositivo legal indicado].~~

### Forma de fornecimento

9.3. O fornecimento do objeto ocorrerá de forma integral, conforme a necessidade da Administração, mediante emissão de requisição e/ou nota de empenho durante a vigência da Ata de Registro de Preços.

### Critérios de aceitabilidade de preços

9.4. Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será:

9.4.1. Valores unitários: conforme planilha de composição de preços anexa ao edital constante no anexo A deste Termo de Referência.

### Exigências de habilitação

9.5. Para fins de habilitação, deverá o interessado comprovar os seguintes requisitos:

#### Habilitação jurídica

9.6. pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.7. empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.8. Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.9. sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;[A6]

9.10. sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020;

9.11. sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.12. filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz;

9.13. sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

~~9.14. Ato de autorização para o exercício da atividade de ..... (especificar a atividade contratada sujeita à autorização), expedido por ..... (especificar o órgão competente) nos termos do art. .... da (Lei/Decreto) nº .....[A7]~~

9.15. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

### Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.16. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.17. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional;

9.18. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.19. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.20. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.21. Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.22. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.23. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

### Qualificação Econômico-Financeira

9.21. certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do interessado, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação/contratação, ou de sociedade simples;

9.22. certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor;

9.23. balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis, do último exercício social já exigíveis e apresentados na forma da lei, comprovando, índices de Liquidez Geral (LG), Liquidez Corrente (LC), e Solvência Geral (SG) superiores a 1 (um), obtidos por meio da aplicação das seguintes fórmulas:

Ativo Circulante + Realizável a Longo Prazo

LG =

SG =

Ativo Total

Passivo Circulante + Passivo Não Circulante

LC =

Ativo Circulante

Passivo Circulante

9.27. Caso a empresa interessada apresente resultado inferior ou igual a 1 (um) em qualquer dos índices de Liquidez Geral (LG), Solvência Geral (SG) e Liquidez Corrente (LC), será exigido para fins de habilitação patrimônio líquido mínimo de 5% do valor total estimado da contratação.

~~9.28. Os indicadores fixados acima deverão ser atingidos em cada um dos dois últimos exercícios sociais, sob pena de inabilitação;~~

9.29. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos;

9.30. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.

9.31. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação/contratação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura.

9.32. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.

### Qualificação Técnica

~~9.33. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente .....(escrever por extenso, se for o caso), em plena validade;[A17]~~

~~9.33.1. Sociedades empresárias estrangeiras atenderão à exigência por meio da apresentação, no momento da assinatura do contrato ou do aceite de instrumento equivalente, da solicitação de registro perante a entidade profissional competente no Brasil.~~

9.34. Comprovação de aptidão para o fornecimento de bens similares, de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior à do objeto desta contratação, ou do item pertinente, por meio da apresentação de certidões ou atestados emitidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou pelo conselho profissional competente, quando for o caso, que comprovem o fornecimento de quantitativos mínimos de até 50% (cinquenta por cento) das parcelas de maior relevância e valor significativo do objeto. Não serão admitidas limitações de tempo de experiência anterior nem de local específico para emissão dos atestados.

9.34.1. Para fins de comprovação da capacidade técnico-operacional, os licitantes deverão apresentar atestado (s) de capacidade técnica compatível(is) com as parcelas de maior relevância do objeto, assim consideradas aquelas cujo valor estimado individual corresponda a, no mínimo, 4% (quatro por cento) do valor total estimado da contratação, nos termos do art. 67, §1º, da Lei nº 14.133/2021



9.34.1.1. O quantitativo mínimo exigido para fins de comprovação da capacidade técnica fica limitado a 30% (trinta por cento) dos quantitativos estimados das parcelas de maior relevância, observado o disposto no art. 67, §2º, da Lei nº 14.133/2021.

9.34.1.2. Os atestados de capacidade técnica serão exigidos exclusivamente em relação às parcelas de maior relevância do objeto.

9.34.1.3. Os requisitos de qualificação técnica aplicam-se a todos os licitantes, inclusive pessoas físicas, quando admitido.

~~9.34.2. Serão admitidos, para fins de comprovação de quantitativo mínimo exigido, a apresentação e o somatório de diferentes atestados relativos a contratos executados de forma concomitante.[A18]~~

~~9.34.3. Os atestados de capacidade técnica poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.[A19]~~

~~9.34.4. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual do Contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.~~

~~9.35. Prova de atendimento aos requisitos ....., previstos na lei .....: [A20].~~

## Disposições gerais sobre habilitação

9.36. Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.37. Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.38. Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.39. Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.40. Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

## 10. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1. O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de R\$ 3.863.757,09 (Três milhões oitocentos e sessenta e três mil setecentos e cinquenta e sete reais e nove centavos), conforme custos unitários apostos em anexo.

~~10.2. O valor de referência para aplicação do maior desconto corresponde a R\$.....[A3]~~

**OU**



~~10.3. O custo estimado da contratação possui caráter sigiloso e será tornado público apenas e imediatamente após o julgamento das propostas. [A4]~~

**10.3.1. Quando as propostas permanecerem com preços acima do orçamento estimado, o custo estimado da contratação será tornado público após a fase de lances.**

10.4. A estimativa de custo levou em consideração o risco envolvido na contratação e sua alocação entre Contratante e Contratado, conforme especificado na matriz de risco constante do Contrato.

10.5. Em caso de Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.5.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.5.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.5.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.5.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

## 11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

**11.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.**

11.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

I) Gestão/unidade: [530012];

II) Fonte de recursos: [1000A0034W];

III) Programa de trabalho: [236514];

IV) Elemento de despesa: [339030]; e

V) Plano interno: [DF0000OCC25].

~~11.3. A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento. [A1]~~

**OU**

**11.4. A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente [A2].**

## 12. DISPOSIÇÕES FINAIS

**12.1. As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas **[exceto o custo estimado da contratação, que possui caráter sigiloso até o julgamento das propostas]. [A1]****

## 13. ANEXO I Regras aplicáveis ao instrumento substitutivo ao contrato

*(Compra com entrega imediata e integral de bens adquiridos, sem previsão de obrigações futuras, inclusive quanto à assistência técnica, independentemente do valor - art. 95, inciso II, da Lei n. 14.133 /2021)*

### 1. FORMALIZAÇÃO DA CONTRATAÇÃO

1.1. O adjudicatário terá o *prazo de 10 dias úteis*, contado a partir da data de sua convocação, para aceitar o instrumento equivalente ao contrato ou a *Nota de Empenho como instrumento substitutivo*, sob pena de decair do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas.

1.2. O prazo poderá ser prorrogado, por igual período, por solicitação justificada do adjudicatário e aceita pela Administração.

1.3. O aceite do instrumento equivalente pelo adjudicatário implica no reconhecimento de que:

1.3.1. referido instrumento substitui o termo de contrato, sendo-lhe aplicáveis as disposições da Lei nº 14.133 /2021;

1.3.2. o Contratado se vincula à sua proposta e às previsões contidas no *Edital*, no Termo de Referência e em seus anexos, conforme Termo de Ciência e Concordância (Anexo II).

### 2. VIGÊNCIA E PRORROGAÇÃO

*2.1. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, na forma do artigo 105 da Lei nº 14.133, de 2021.*

*2.2. O prazo de vigência será automaticamente prorrogado, independentemente de termo aditivo, quando o objeto não for concluído no período firmado acima, ressalvadas as providências cabíveis no caso de culpa do Contratado, previstas neste instrumento.*

**OU**

*2.3. O prazo de vigência da contratação é aquele estabelecido no Termo de Referência, prorrogável por até 10 anos, na forma dos artigos 106 e 107 da Lei nº 14.133, de 2021.[A1]*

*2.4. A prorrogação de que trata este item é condicionada ao ateste, pela autoridade competente, de que as condições e os preços permanecem vantajosos para a Administração, permitida a negociação com o Contratado, bem como à inexistência de registros no Cadastro Informativo de créditos não quitados do setor público federal (Cadin[A2]).*

*2.5. O Contratado não tem direito subjetivo à prorrogação contratual.*

*2.6. A prorrogação contratual deverá ser promovida mediante celebração de termo aditivo.*

*2.7. A contratação não poderá ser prorrogada quando o Contratado tiver sido penalizado nas sanções de declaração de inidoneidade ou impedimento de licitar e contratar com poder público, observadas as abrangências de aplicação.*

**ou**

2.8. O prazo de vigência da contratação é de .....(máximo de um ano) contados do(a) ..... (data da ocorrência da emergência ou da calamidade), improrrogável, na forma do art. 75, VIII, da Lei nº 14.133/2021[A3].

### 3. OBRIGAÇÕES DO CONTRATANTE

#### 3.1. São obrigações do Contratante:

3.1.1. Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o Termo de Referência e seus anexos;

3.1.2. Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

3.1.3. Notificar o Contratado, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

3.1.4. Acompanhar e fiscalizar a execução contratual e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

3.1.5. Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no Termo de Referência e neste Anexo;

3.1.6. Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e no Termo de Referência;

3.1.7. Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

3.1.8. Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução contratual, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste.

3.1.8.1 A Administração terá o prazo de XXXXXXX, a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período. [A4]

3.1.9. Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo Contratado no prazo máximo de XXXXXX.[A5]

~~3.1.10. Notificar os emitentes das garantias quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais.[A6] [A7]~~

3.2. A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do objeto contratual, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

### 4. OBRIGAÇÕES DO CONTRATADO[A8]

4.1. O Contratado deve cumprir todas as obrigações constantes do Termo de Referência e deste Anexo, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

4.1.1. Entregar o objeto acompanhado do manual do usuário, com uma versão em português, e da relação da rede de assistência técnica autorizada[A9];

4.1.2. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor;

4.1.3. Comunicar ao Contratante, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

4.1.4. Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor contratuais ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

4.1.5. Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal contratual, os bens nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;[A10]

4.1.6. Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo Contratante, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

4.1.7. Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o Contratado deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização contratual, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

4.1.7.1. prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

4.1.7.2. certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

4.1.7.3. certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do Contratado;

4.1.7.4. Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

4.1.7.5. Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;

4.1.8. Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, previdenciárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao Contratante e não poderá onerar o objeto da contratação;

4.1.9. Comunicar ao Fiscal, no prazo de 24 (vinte e quatro) horas, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual.

4.1.10. Paralisar, por determinação do Contratante, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros.

4.1.11. Manter, durante toda a vigência da contratação, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação ~~ou para qualificação na contratação direta~~;

4.1.12. Cumprir, durante todo o período de execução contratual, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

4.1.13. Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pela fiscalização contratual, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

4.1.14. Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência da execução do objeto;

4.1.15. Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

4.1.16. Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do Contratante;

*4.1.17. Alocar os empregados necessários, com habilitação e conhecimento adequados, ao perfeito cumprimento das obrigações assumidas, fornecendo os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios*

demandados, cuja quantidade, qualidade e tecnologia deverão atender às recomendações de boa técnica e a legislação de regência;

4.1.18. Orientar e treinar seus empregados sobre os deveres previstos na Lei nº 13.709, de 14 de agosto de 2018, adotando medidas eficazes para proteção de dados pessoais a que tenha acesso por força da execução contratual;

4.1.19. Conduzir os trabalhos com estrita observância às normas da legislação pertinente, cumprindo as determinações dos Poderes Públicos, mantendo sempre limpo o local de execução do objeto e nas melhores condições de segurança, higiene e disciplina.

4.1.20. Submeter previamente, por escrito, ao Contratante, para análise e aprovação, quaisquer mudanças nos métodos executivos que fujam às especificações do memorial descritivo ou instrumento congênere.

4.1.21. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos, nem permitir a utilização do trabalho do menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre.[A11]

4.1.22. Cumprir as normas de proteção ao trabalho, inclusive aquelas relativas à segurança e à saúde no trabalho[A12] ;

4.1.23 Não submeter os trabalhadores a condições degradantes de trabalho, jornadas exaustivas, servidão por dívida ou trabalhos forçados;

4.1.24. Não permitir a utilização de qualquer trabalho do menor de dezesesseis anos de idade, exceto na condição de aprendiz para os maiores de quatorze anos de idade, observada a legislação pertinente;

4.1.25. Não submeter o menor de dezoito anos de idade à realização de trabalho noturno e em condições perigosas e insalubres e à realização de atividades constantes na Lista de Piores Formas de Trabalho Infantil, aprovada pelo Decreto nº 6.481, de 12 de junho de 2008;

4.1.26. Receber e dar o tratamento adequado a denúncias de discriminação, violência e assédio no ambiente de trabalho.

## 5. DA EXTINÇÃO CONTRATUAL

5.1. A contratação será extinta quando cumpridas as obrigações de ambas as partes, ainda que isso ocorra antes do prazo estipulado para tanto.

5.2. Se as obrigações não forem cumpridas no prazo estipulado, a vigência ficará prorrogada até a conclusão do objeto, caso em que deverá a Administração providenciar a readequação do cronograma fixado para a contratação.

5.3. Quando a não conclusão do objeto referida no item anterior decorrer de culpa do Contratado:

5.3.1. ficará ele constituído em mora, sendo-lhe aplicáveis as respectivas sanções administrativas; e

5.3.2. poderá a Administração optar pela extinção contratual e, nesse caso, adotará as medidas admitidas em lei para a continuidade da execução contratual.[A13]

**OU**

5.4. A contratação será extinta quando vencido o prazo estipulado, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes contraentes[A14] .

5.5. O contrato poderá ser extinto antes do prazo nele fixado, sem ônus para o CONTRATANTE, mediante justificativa formal de que não dispõe de créditos orçamentários para sua continuidade ou de que o contrato não mais lhe oferece vantagem[A1] .

5.5.1. Nesse caso, a extinção antecipada ocorrerá na próxima data de aniversário do contrato, garantido um prazo mínimo de dois meses para ciência formal do contratado, devendo ser observada a regra do art. 183 da Lei nº 14.133, de 2021 para a contagem deste prazo.

5.6. O contrato poderá ser extinto com fundamento na ausência de créditos orçamentários ou na perda de vantagem contratual antes da data de aniversário, desde que ocorra com ônus para o CONTRATANTE, conforme previsto no art. 138, §2º, da Lei nº 14.133, de 2021.

5.7. Caso a notificação da não-continuidade da contratação de que trata este subitem ocorra com menos de 2 (dois) meses da data de aniversário, a extinção contratual ocorrerá após 2 (dois) meses da data da comunicação.[A15]

## OU

5.8. O contrato será extinto quando vencido o prazo nele estipulado, observado o art. 75, inciso VIII, da Lei n.º 14.133 /2021, independentemente de terem sido cumpridas ou não as obrigações de ambas as partes[A16] contraentes.

5.9. A contratação poderá ser extinta antes de cumpridas as obrigações nela estipuladas, ou antes do prazo fixado, por algum dos motivos previstos no artigo 137 da Lei nº 14.133/21, bem como amigavelmente, assegurados o contraditório e a ampla defesa.

5.9.1. Nesta hipótese, aplicam-se também os artigos 138 e 139 da mesma Lei.

5.9.2. A alteração social ou a modificação da finalidade ou da estrutura da empresa não ensejará a extinção se não restringir sua capacidade de concluir o objeto.

5.9.2.1. Se a operação implicar mudança da pessoa jurídica contratada, deverá ser formalizado termo aditivo para alteração subjetiva.

5.10. O termo de extinção, sempre que possível, será precedido:

5.10.1. Balanço dos eventos contratuais já cumpridos ou parcialmente cumpridos;

5.10.2. Relação dos pagamentos já efetuados e ainda devidos;

5.10.3. Indenizações e multas.

5.11. A extinção contratual não configura óbice para o reconhecimento do desequilíbrio econômico-financeiro, hipótese em que será concedida indenização por meio de termo indenizatório.

5.12. A contratação poderá ser extinta caso se constate que o Contratado mantém vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira, trabalhista ou civil com dirigente do órgão ou entidade contratante ou com agente público que tenha desempenhado função na licitação ou na contratação direta, ou atue na fiscalização ou na gestão contratuais, ou que deles seja cônjuge, companheiro ou parente em linha reta, colateral ou por afinidade, até o terceiro grau.

## **6. DOS CASOS OMISSOS**

6.1. Os casos omissos serão decididos pelo Contratante, segundo as disposições contidas na Lei nº 14.133, de 2021, e demais normas federais aplicáveis e, subsidiariamente, segundo as disposições contidas na Lei nº 8.078, de 1990 – Código de Defesa do Consumidor – e normas e princípios gerais dos contratos.[A17]

## **7. ALTERAÇÕES**

7.1. Eventuais alterações contratuais reger-se-ão pela disciplina dos arts. 124 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021.

7.2. O Contratado é obrigado a aceitar, nas mesmas condições contratuais, os acréscimos ou supressões que se fizerem necessários, até o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado da contratação.

7.3. As supressões resultantes de acordo celebrado entre as partes contratantes poderão exceder o limite de 25% (vinte e cinco por cento) do valor inicial atualizado do contrato.[A18]

7.4. As alterações contratuais deverão ser promovidas mediante celebração de termo aditivo, submetido à prévia aprovação da consultoria jurídica do Contratante, salvo nos casos de justificada necessidade de antecipação de seus efeitos, hipótese em que a formalização do aditivo deverá ocorrer no prazo máximo de 1 (um) mês.

7.5. Registros que não caracterizam alterações contratuais podem ser realizados por simples apostila, dispensada a celebração de termo aditivo, na forma do art. 136 da Lei nº 14.133, de 2021.

## 8. FORO

8.1. Fica definido o Foro da Justiça Federal em ....., Seção Judiciária de ..... para dirimir os litígios que decorrerem da execução contratual que não puderem ser compostos pela conciliação, conforme art. 92, §1º, da Lei nº 14.133, de 2021.

## 14. ANEXO II TERMO DE CIÊNCIA E CONCORDÂNCIA

Por meio deste instrumento, ..... (*identificar o Contratado*) declara que está ciente e concorda com as disposições e obrigações previstas no *Edital* ~~*ou Aviso de Contratação Direta*~~, no Termo de Referência e nos demais anexos a que se refere o *Pregão/Concorrência/Dispensa Eletrônica* nº...../20....., bem como que se responsabiliza, sob as penas da Lei, pela veracidade e legitimidade das informações e documentos apresentados durante o processo de contratação.

Local-UF, ..... de ..... de 20.... .

---

(Nome *e Cargo do Representante Legal*)

## 15. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Em conformidade com a lei nº 14.133 de 1º de Abril de 2021, aprovo o presente termo de referência.

**GABRIEL FERNANDES GANZAROLLI DE OLIVEIRA**

Ordenador de Despesa

**VICTOR RIQUELMES BEZERRA**

Agente de contratação



Assinou eletronicamente em 25/05/2026 às 15:50:40.

**EDER DE SOUZA VIEIRA**

Agente de contratação

**LAERTE FERNANDES DE SOUZA E SILVA**

Agente de contratação



## Lista de Anexos

Atenção: Apenas arquivos nos formatos ".pdf", ".txt", ".jpg", ".jpeg", ".gif" e ".png" enumerados abaixo são anexados diretamente a este documento.

- Anexo I - ANEXO A.pdf (76.96 KB)